

AVISO PRÉVIO DE GREVE

- À Administração da Rodoviária D'Entre Douro e Minho
- Ao Ministério da Economia e do Emprego

Exmos Senhores:

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 534º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009 de 12 de Fevereiro, vêm as Associações signatárias, trazer ao conhecimento de todas as entidades interessadas que, no exercício do dever indeclinável que lhe assiste na defesa dos direitos dos trabalhadores que representa e como forma de luta:

- Contra a proposta de trabalho não remunerado, por via da eliminação de dias de férias, feriados, folgas e descansos compensatórios;
- Contra o corte de 50% no valor do trabalho suplementar;
- Contra a redução actual e congelamento futuro, dos salários dos trabalhadores das empresas do Sector Público Empresarial do Estado e da redução real dos salários dos trabalhadores do sector privado;
- Contra a desregulamentação dos horários e os “bancos de horas” individual e grupal;
- Pelo respeito da contratação colectiva livremente negociada entre Sindicatos e Administrações das Empresas;
- Contra a revisão da legislação de trabalho que põe em causa os direitos dos trabalhadores;
- Contra as medidas do governo que visam o empobrecimento dos trabalhadores e das populações, o aumento das desigualdades, que levam à recessão da economia, hipotecando assim o desenvolvimento do País;
- Pela defesa das empresas do Sector Empresarial do Estado, como factor de desenvolvimento do País e da prestação de serviços públicos de qualidade ao serviço das populações.

decidem declarar greve para todos os trabalhadores da Rodoviária D'Entre Douro e Minho, a levar a efeito das 03H00 do dia 22 de Março de 2012 às 03H00 do dia 23 de Março de 2012.

Para os efeitos do disposto do nº 3 do artigo 534º do Código do Trabalho, as Associações signatárias entendem o seguinte:

- 1 O direito à Greve, configurado na Constituição da República como um direito fundamental dos trabalhadores, só pode ser limitado na estreita medida do necessário para salvaguardar a efectivação de outros direitos fundamentais, não podendo, em caso algum, sofrer limitações que diminuam a extensão e o alcance da norma que o consagra, nos termos do artigo 18º, nºs 2 e 3, da CRP.
- 2 As “necessidades sociais impreteríveis” a que se refere o nº.1 do artigo 537º do Código do Trabalho, não-de ser, à luz do citado artigo 18º da CRP, necessidades sociais cuja insatisfação se traduza na

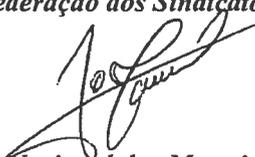
FECTRANS – Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações
SNM – Sindicato Nacional dos Motoristas
SITRA – Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes

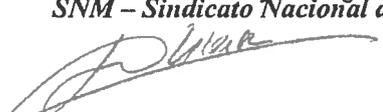
violação de correspondentes direitos fundamentais dos cidadãos e não menos transtornos ou inconvenientes resultantes da privação ocasional de um bem ou serviço.

- 3 O n.º 2 do artigo 537.º do Código do Trabalho estabelece quais as empresas e estabelecimentos ou sectores onde poderá verificar-se a necessidade de prestação de serviços mínimos, em função de circunstâncias concretas, sendo certo, porém, que a actividade normal desses estabelecimentos e empresas não corresponde, em abstracto, à satisfação de necessidades impreteríveis, o que equivaleria à negação do direito à greve por parte dos trabalhadores de tais estabelecimentos e empresas.
- 4 Mesmo nos casos em que, face a circunstâncias concretas, se mostre necessária a prestação de serviços mínimos, a sua definição deve “**respeitar os princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade**”, nos termos do n.º 5 do artigo 538.º do Código do Trabalho.
- 5 No que se refere à actividade da **Rodoviária D’Entre Douro e Minho** de transporte de passageiros, o estabelecimento, a título de prestação de “serviços mínimos”, da obrigatoriedade de funcionamento de determinadas percentagens dessa actividade normal, sem conexão com necessidades específicas e inadiáveis de certos grupos ou categorias de cidadãos, constituiria uma dupla violação da Constituição da República.
6. Por um lado, asseguraria o transporte normal a um determinado número de cidadãos, indiscriminadamente, preterindo outros que, por igualdade ou, até, por maioria de razão, careciam tanto ou mais desse transporte.
7. Por outro lado, a privação de transporte através da **Rodoviária D’Entre Douro e Minho** daqueles que não pudessem beneficiar dos impropriamente chamados “serviços mínimos” seria a demonstração cabal de que essa “definição de serviços mínimos” não respeitara os “**princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade**”.
8. Pelo exposto, as Associações Sindicais signatárias consideram que, face às actuais circunstâncias, nomeadamente a duração do período de greve, a área geográfica servida pelos transportes da **Rodoviária D’Entre Douro e Minho**, bem como o aviso-prévio efectuado e a sua ampla divulgação, apenas se mostra necessário assegurar, à priori, os serviços mínimos que sempre asseguramos e se têm revelado suficientes.
9. As Associações Sindicais signatárias declaram porém que assegurarão ainda, no decorrer da greve, quaisquer outros serviços que, em função de circunstâncias concretas e imprevisíveis, venham a mostrar-se necessários à satisfação de necessidades sociais impreteríveis.

Lisboa, 2012-03-05

FECTRANS – Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações


SNM – Sindicato Nacional dos Motoristas


SITRA – Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes


Silvino Caneia